



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA N.º 13/2018

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM VINTE DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO:-----

-----Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40.º da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e Dr. Eusébio Lourenço Ferreira.

-----Eleitos pelo PS: Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe.-----

-----A reunião foi secretariada pela Coordenadora Técnica do Núcleo de Administração Geral, Rosa Maria Ferreira Breda.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

I.-PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----MANDATO DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS – RENUNCIA DE MANDATO COMO VEREADOR/TOMADA DE POSSE COMO VEREADOR:-----

-----O Presidente da Câmara informou que a Dr.ª Emilia Maria Almeida Santos Neves de Matos, através de carta datada de 12/06/2018, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, apresentou a renúncia ao seu mandato com efeitos imediatos, para o exercício da função de Vereadora neste Órgão Executivo Municipal.-----

----- Informou também que, na sequência dessa renúncia e de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 59.º, n.º 4 do artigo 76.º e n.º 1 do artigo 79.º do citado diploma legal, foi convocado



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

o membro seguinte na lista do PPD/PSD, Engº. Serafim Paulo Melo de Oliveira, que, através de carta datada de 14/06/2018, comunicou não aceitar a assunção das funções de Vereador, em virtude das suas responsabilidades a nível profissional. -----

-----Seguidamente, o Presidente da Câmara informou ainda que, na sequência desta recusa e nos termos da legislação acima referida, foi convocado o membro seguinte na lista do PPD/PSD, Dr. Eusébio Lourenço Ferreira, tendo este comunicado em 15/06/2017 a assunção do cargo, e, que, encontrando-se presente e após ter sido verificada a sua identidade e legitimidade para o preenchimento da vaga, foi, pelo Senhor Presidente da Câmara, investido no mandato no cargo de vereador da Câmara Municipal de Mortágua, conforme documento assinado e que fica a fazer parte integrante desta ata, integrando o órgão executivo do Município e tendo, de imediato, iniciado as suas funções, passando a tomar parte nos trabalhos da presente reunião.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

II.-PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 06/06/2018:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada em 6 de junho 2018, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

-----Conforme dispõe o nº. 3 do artigo 34º. do Código do Procedimento Administrativo não participou na votação o Vereador Dr. Eusébio Lourenço Ferreira, eleito pelo PPD/PSD, uma vez que não esteve presente naquela reunião.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, em cumprimento ao disposto no artigo 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas no Vereador.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 113 referente ao dia 19/06/2018 e depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:-----

-----Foi presente a Circular referência 51-PB/2018, datada de 13/06/2018, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, através da qual remete o parecer daquela Associação, enviado à Assembleia da República, relativo à alteração à Lei de Finanças Locais (Proposta de Lei nº.131/XIII - GOV).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.-GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO ADJUNTA DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA :-----

-----Foi presente a carta, do Gabinete da Secretária de Estado Adjunta da Modernização Administrativa, enviada através de email de 5/06/2018, relativa ao novo portal das “Boas Práticas Autárquicas”, assim como o “Guia Prático para Autenticação e Publicação no Portal”. Salaria no mesmo que a colaboração do Município é, desde logo, muito importante na dinamização deste projeto, que tem como objetivo disponibilizar uma rede colaborativa de Boas Práticas Autárquicas.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-JUVENTUDE:-----

5.1.1.-Apoio Natalidade e Famílias:-----

5.1.1.1.-Ratificação dos processos nº.s 14, 15 e 16 de 2018:-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura números 14, 15 e 16 de 2018 para atribuição do Incentivo à



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua, que entraram nos serviços e que deferiu nos termos do número 1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

6.-CULTURA,DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-SERVIÇOS CULTURAIS DESPORTIVOS E RECREATIVOS:-----

6.1.1.-No Trilho de Tomás da Fonseca:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte informação da Bibliotecária Municipal: “No passado dia 3 do corrente mês realizou-se a ação “No Trilho de Tomás da Fonseca – Passeio Literário”, teve como objetivo dar a conhecer este vulto da nossa terra e da literatura portuguesa. Percorremos as aldeias de Macieira, Vila Pouca, Sernadas e Santuário de Chão de Calvos.-----

-----Ao longo deste trilho os participantes puderam assistir à encenação do conto “Custódio pai velho” inserido na obra de Tomás da Fonseca “Agiologo rústico: Santos da Minha terra”, poesia de Branquinho da Fonseca e momentos musicais com o Rancho Folclórico “Os Camponeses do Freixo”.-----

-----Como forma de apoio à Associação Cultural e Recreativa de Macieira e do Tarrastal por disponibilizar o espaço e respetivo equipamento, para a confeção do reforço alimentar e almoço, proponho que se atribua um subsídio, no valor de 350€”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio proposto.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2018/5040– Atividades Culturais Desportivas e Recreativas.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

6.1.2.-Marchas Populares:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta, datada de 18/06/2018 do Senhor Vereador Dr. Paulo Alexandre de Oliveira:-----

-----“No próximo dia 7 de Julho decorrerão as Marchas Populares, contando com a colaboração das Associações do Concelho que à semelhança do ano passado, demonstram um enorme entusiasmo, empenho e brio, denotando criatividade, qualidade e rigor no trabalho a apresentar.-----

-----Irão participar 4 marchas, acompanhadas pela Filarmónica de Mortágua.-----

-----Assim, no cumprimento do Plano de Atividade do município, solicitava-se um apoio às associações participantes, no montante de 800 € por marcha, a atribuir às seguintes associações.-----

-----Associação Cultural Recreativa e Desportiva Felgueirense;-----

-----Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Vale de Paredes;-----

-----Grupo Associativo e Recreativo Académico de Vila Moinhos;-----

-----Associação Cultural e Recreativa de Cercosa;-----

-----Filarmónica de Mortágua;-----

-----Agrupamento de Escolas de Mortágua”.-----

---Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2018/5031 Marchas Populares.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade aprovar a proposta.-

6.2.-ASSOCIATIVISMO – Investimentos/Atividades Culturais Desportivas e Recreativas:-----

6.2.1.-Mortágua Futebol Clube:-----

6.2.1.1.-Subsídio extraordinário:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, datada de 5/06/2018, da Direção do Mortágua



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Futebol Clube, através da qual informa que vai organizar no mês de junho algumas atividades que irão servir para encerrar mais uma época de sucesso desportivo, fundamentalmente nos escalões de formação, com a conquista de duas (2) Taças da Associação de Futebol de Viseu em Benjamins e Juvenis e uma presença na fase final do Campeonato Distrital de Juniores.----

-----No dia 15 de junho a II Gala Mortágua Futebol Clube, uma cerimónia que procura reunir o passado e o presente do clube, e todos os seus amigos (jogadores, treinadores, dirigentes, sócios e colaboradores). Para além de celebrar o desporto irá ter momentos culturais para dar brilho à noite que contará com convidados da Associação de Futebol de Viseu e da Federação Portuguesa de Futebol.-----

-----No dia 23 de junho a organização de um torneio de futebol 7, com a presença confirmada de duzentos e cinquenta (250) atletas dos diversos locais do País.-----

-----Assim, como todos aqueles eventos vão ter custos extraordinários, no montante, que não estavam contemplados no seu orçamento anual, solicita a concessão de apoio financeiro para fazer face aos mesmos.-----

-----O Senhor Presidente, considerando que o pedido da Associação se enquadra na alínea c), do n.º.1, do artigo 3.º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, propôs a atribuição do subsídio no montante de dois mil e quinhentos euros (2.500,00€), a transferir mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 4.º. daquele Regulamento.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2018/5040 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas*.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de dois mil e quinhentos euros (2.500,00 €), a transferir mediante a celebração de Protocolo.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

6.2.1.2.-IMI do Campo de Jogos da Gandarada:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente uma carta, datada de 21/05/2018 do Mortágua Futebol Clube solicitando a atribuição de um subsídio no valor de seiscentos e trinta e dois euros e trinta e sete cêntimos (632,37 €), referente ao pagamento do IMI, conforme documento que anexa, do seu complexo desportivo, considerando a existência do contrato de cedência de direito de superfície ao Município pelo período vinte e cinco anos.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2018/5040 “Atividades Culturais, Desportivas e Recreativas” dotado no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas correntes).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de seiscentos e trinta e dois euros e trinta e dois cêntimos (632,32 €), referente ao pagamento do IMI.-----

6.2.2.-Casa do Benfica de Mortágua – Apoio Complementar para fim de época desportiva:-----

----- Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, datada de 4/06/2018, da Casa do Benfica de Mortágua, informando que aquela Associação tem-se revelado, ao longo dos últimos anos uma peça fundamental no fomento da prática do desporto em Mortágua, mais concretamente na modalidade de futsal feminino, sendo esta uma das poucas instituições que promove a igualdade do género no desporto em Mortágua.-----

-----Na presente época desportiva evidenciam-se com duas (2) equipas de futsal feminino, sénior e formação num total que ultrapassa as quarenta (40) atletas, o que traduz uma responsabilidade acrescida para a instituição.-----

-----A aposta na formação e na equipa sénior começa dar frutos com a convocatória ao longo da época de várias atletas à seleção, onde foram a equipa com maior representação distrital (7 atletas), o que é um motivo de orgulho, pois representam o nosso Concelho, mas por outro lado origina custos adicionais, com as deslocações das atletas.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Por outro lado a época desportivo prolongou-se até 2018 com a participação na taça da AF Viseu e a realização de vários encontros com a equipa de formação .-----

-----Assim, solicita um apoio suplementar para fazer face aos compromissos assumidos e desenvolva com normalidade as suas atividades de fim da época de 2017/2018, cujas despesas ascendem ao montante de cinco mil euros (5.000,00 €).-----

-----O Senhor Presidente, considerando que o pedido da Associação se enquadra na alínea c), do nº.1, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, propôs a atribuição do subsídio no montante de cinco mil euros (5.000,00€), a transferir mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 4º. daquele Regulamento.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2018/5040– *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas*.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de cinco mil euros (5.000,00€), a transferir mediante a celebração de Protocolo.-----

6.2.3.-Associação Cultural Desportiva da Sobrosa – Passeio de Motociclo Turismo:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta datada de 4/06/2018 da Associação Cultural e Desportiva da Sobrosa, informando que se encontra a organizar o seu XII tradicional Passeio de Motociclo Turismo, a realizar no dia 8 de julho, e solicitando uma comparticipação financeira para minimizar as despesas inerentes ao mesmo.-----

-----Por informação da Contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita na Opções do Plano do corrente ano o apoio a atividades das Associações no objetivo 02 CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES, Programa 003, Projeto 2018/5040 e no orçamento na rubrica 040701.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir um subsídio de cento e cinquenta euros (150,00 €), a transferir aquando da realização do evento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

7.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:-----

7.1.-PLANEAMENTO URBANISTICO - Area de Reabilitação Urbana de Vale de Açores e Mortágua - ARU:-----

7.1.1.- PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA ARU DOS NÚCLEOS DE VALE DE AÇORES E MORTÁGUA E PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA (P.E.R.U.) DE VALE DE AÇORES E MORTÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que: -----

-----Nos termos do D.L. n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, que aprovou o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), a Reabilitação Urbana é a “forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização coletiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos edifícios”;-----

-----De acordo com o n.º 1 do artigo 7.º, do RJRU, a reabilitação urbana é promovida pelos municípios através da delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e da provação de Operações de Reabilitação Urbana (ORU) a desenvolver nas áreas delimitadas, através de instrumento próprio o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) ou de um plano de pormenor de reabilitação urbana.-----

-----O Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) de Vale de Açores e Mortágua foi elaborado na sequência da delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), respeitante aos núcleos de Vale de Açores e Mortágua, aprovada pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, na sessão de 19 de junho de 2015, e posteriormente publicada em Diário da República, II Série – n.º. 153, de 7 de agosto de 2015, através do Aviso n.º.8660/2015.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----No processo da delimitação da ARU ficou definido que o processo prossegue com a realização de Operações de Reabilitação Urbanas Sistemáticas, por envolver “ *não só a reabilitação do edificado, mas também a qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, tendo associado um programa de investimento público* ”;-----

-----A Câmara Municipal de Mortágua na Reunião de Câmara de 10 de julho de 2017 aprovou a abertura de um período de discussão pública, promovida nos termos do artigo 89º. do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT, da proposta do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) de Vale de Acores e Mortágua.-----

-----O período de discussão pública teve a duração de 20 dias úteis, conforme melhor se afere no aviso nº. 11556/2017 do Diário da República, II Série nº.189, de 29 de setembro de 2017, tendo a proposta do PERU sido, em simultâneo remetida ao Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) para emissão de parecer não vinculativo, de acordo com o disposto no nº.3 do artigo 17º. do RJRU.-----

-----O IHRU emitiu parecer favorável, comunicado pelo ofício referência 710335, de 25/08/2017.-----

-----Após o cumprimento do estabelecido no n.º 4, do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 302/2012, de 14 de agosto, discussão pública do Programa (plano) Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) para Vale de Acores e Mortágua, verificou-se não existir qualquer pronúncia sobre o mesmo.-----

-----Assim proponho que a Câmara delibere aprovar :-----

-----1.-Nos termos do nº.1 e nº.2 do artigo 20º., conjugado com o artigo 15º. do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, (RJRU), propor à Assembleia Municipal a aprovação da prorrogação do prazo de vigência da ARU dos núcleos de Vale de Acores e Mortágua, por cinco anos, com efeitos à data da sua aprovação inicial.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----2.-A divulgação dos resultados da Discussão Pública no site do Município, através de notícia, e no relativo ao PERU.-----

-----3.- Nos termos dos artigos 17.º e 33.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, submeter a versão final da proposta do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Vale de Acores e Mortágua, enquanto Operações de Reabilitação Urbana Sistemática, à aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----3.- Nos termos dos artigos 17.º e 33.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, submeter a versão final da proposta do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Vale de Acores e Mortágua, enquanto Operações de Reabilitação Urbana Sistemática, à aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----4.- Nos termos do n.º 5 do referido artigo 17º. do RJRU, o ato de aprovação, seja publicado através de aviso na II Série do Diário da República e divulgado na página eletrónica do Município.”.-----

-----Os Vereadores eleitos pelo PS apresentaram a declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:-----

-----**“Declaração de Voto**-Os vereadores do Partido Socialista abstêm-se na votação do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana:-----

-----Atendendo a que:-----

-----Entendem que um documento de natureza estratégica como é o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana deveria ser um documento mais participado, deveria ter sido objeto de uma discussão mais ampla, não basta agitar a bandeira da democracia participativa é preciso e urge praticá-la em Mortágua.-----

-----Estranhamente este documento final é datado de Janeiro de 2017 e só passado ano e meio depois é que o mesmo é presente a reunião de câmara para apreciação, com a agravante de ter sido remetido aos vereadores do Partido Socialista dia e meio antes da reunião.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----O documento apresentado revela um cronograma previsional desajustado da realidade, constando nele varias ações a executar em 2017 que ainda não foram sequer iniciadas em meados de 2018.-----

-----Os vereadores do Partido Socialista concordam com algumas opções de ação apresentadas, sendo no entanto frontalmente contra outras, como é disso exemplo a intervenção já executada no Largo 5 de Outubro, cujos resultados são publicamente conhecidos, a intervenção na Av. Dos Bombeiros Voluntários e os investimentos avultadíssimos previstos para dois imóveis cuja propriedade é privada e que ultrapassam os 2 milhões de euros, entre outras.-----

-----É necessário estabelecer prioridades e calendarizar adequadamente os investimentos, ouvir os cidadãos, atender às suas necessidades.-----

-----Relativamente às formas de financiamento previstas e atendendo ao historial deste executivo PSD no que toca à execução do quadro comunitário 2020, com a dificuldade que este revela na execução das candidaturas, nomeadamente no cumprimento das normas de contratação pública e dos regulamentos do próprio quadro comunitário é com pouca expectativa que aguardamos o seu desenrolar.-----

-----Assim face ao exposto de forma alguma o Partido Socialista se pode comprometer com este programa”.-----

7.2.-PAVIMENTAÇÃO DE ARRANJOS URBANÍSTICOS, ARRUAMENTOS, LARGOS E PRAÇAS:-----

7.2.1.-Empreitada de Execução “Melhoria de Acessibilidades de Vale de Remígio e Póvoa” – Aquisição de Terrenos (Rotunda da Póvoa):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Chefe de Divisão de DCTSU datada de 04/06/2018, sobre o assunto em epígrafe e que a seguir se transcreve:-----

-----“Informo V. Ex^a. que no seguimento da minha informação de 4/06/2016, para indemnização dos terrenos ocupados pela Rotunda da Póvoa, não foi considerado, por omissão o terreno ocupado ao Sr. Rui Alcino Martins Alves Ferreira.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Foram ocupados 10,20 m2 do seu terreno.-----

-----A preço de mercado o valor do terreno, atendendo a, que se trata de espaço urbano ronda os 25 euros /m2.-----

-----Assim é necessário proceder ao pagamento das indemnizações pela ocupação do terreno ao Sr. Rui Alcino Alves Ferreira no valor de 10,20 m2x25 euros = 255 Euros”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade proceder ao pagamento ao referido proprietário a título de indemnização pela ocupação do terreno que irá ser integrado no domínio público com a construção da Rotunda da Póvoa.-----

8. -SANEAMENTO BÁSICO E SALUBRIDADE:-----

8.1.-REDES DE ESGOTOS E TRATAMENTO – Redes de Drenagem/Extensão/Remodelação:-----

8.1.1.-Adjudicação por Concurso Público da Empreitada de Execução da ETAR da Rede de Drenagem de Águas Residuais de Vila Pouca e da ETAR de Drenagem de Águas Residuais de Mortazel:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Relatório Final elaborado pelo júri do procedimento de concurso público para adjudicação da empreitada de construção das ETARs de Mortazel e de Vila Pouca, que a seguir se transcreve, ficando arquivado no respetivo processo de contratação publica, que foi desenvolvido nos termos do Código da Contratação Pública através da plataforma eletrónica sob o n.º. 4/2018, e no qual por unanimidade deliberou manter o teor e as conclusões do relatório preliminar e a ordenação das propostas para efeitos de adjudicação:-----

-----“RELATÓRIO FINAL-----

-----PROCESSO 04/2018 (PLATAFORMA)-----

-----CONCURSO PÚBLICO-----

Empreitada: -Construção das ETAR`S de Mortazel e Vila Pouca

Procedimento: concurso público nos termos da alínea b) do artigo 19º do CCP.



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Composição do Júri: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, na qualidade de presidente, Albano Tomás da Fonseca Duarte, e Manuel Jorge Gomes, como vogais efetivos

Abertura do procedimento: Reunião de Câmara de 02 de maio de 2018

-----Terminado o prazo para os concorrentes se pronunciarem no uso do direito da audiência prévia, reuniu o Júri do procedimento para efeitos da elaboração do relatório final conforme determina o artigo 124º do Código da Contratação Pública.-----

-----O Júri refere o seguinte:-----

-----1º.-----

-----A audiência prévia foi efetuada simultaneamente aos concorrentes através de notificação submetida na plataforma eletrónica utilizada pelo Município, Saphety Gov., em 06 de Junho de 2018 (processo 04/2018).-----

-----2º.-----

-----No Relatório Preliminar elaborado em 04 de Junho de 2018, o Júri tinha ordenado os concorrentes da seguinte forma , para efeitos de adjudicação:-----

| Nº.ORDEM | CONCORRENTES | Valor/proposta |
|-----------------|--------------------------------------|----------------|
| Primeira | Socorpena | 229.987,60 |
| Segunda | Edibest-Engenharia e Construção, Lda | 248.962,42 |
| Terceira | Cipriano-Engenharia e Construção | 259.970,70 |
| Quarta | Engiforbis-Engenharia & Construção | 269.710,54 |

-----3º.-----

-----Findo o prazo da audiência prévia não foram presentes quaisquer observações ou reclamações por parte dos concorrentes.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----4º-----

-----Como não foram presentes quaisquer observações por parte dos concorrentes, o Júri mantém a ordenação dos concorrentes acima descrita, propondo a adjudicação ao concorrente Socorpena, Lda, pelo valor de 229.987,60€, sem Iva incluído .-----

-----5º-----

-----O presente relatório, juntamente com os demais documentos do processo, vão ser presentes a reunião de Câmara para aprovação das propostas, da adjudicação nos termos da competência.-----Mortágua, 13 de Junho de 2018.-----

-----O Júri".-----

-----Encontrando-se assim o processo em condições de ser proferida decisão final, e propondo assim o júri a adjudicação do procedimento mencionado em epigrafe à proposta apresentada pela empresa, pelo valor acrescido de IVA à taxa de seis por cento (6%), e remetendo assim, nos termos do n.º4 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos, para o Órgão Executivo o Relatório Final, juntamente com os demais documentos do processo, para a decisão de contratação, para aprovação das propostas contidas no relatório, nomeadamente para efeitos de adjudicação.-----

-----Nos termos do número 1, do artigo 94.º, do Código dos Contratos Públicos, o presente procedimento encontra-se sujeito a redação de contrato a escrito.-----

-----O presente procedimento não se encontra sujeito ao visto prévio do Tribunal de Contas.---

-----O prazo de execução da obra é de cento e vinte (120) dias, prevendo-se que o contrato seja celebrado na primeira quinzena de julho.-----

-----A respetiva despesa foi objeto de cabimento, sob o n.º 19939, na rubrica do orçamento 07010403, devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso no orçamento do corrente ano.-----

-----O Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere:-----

-----1 - Aprovar o Relatório Final apresentado pelo júri e adjudicar a empreitada de Construção das ETAR'S de Mortazel e Vila Pouca à firma SOCORPENA, Lda. pelo valor de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

duzentos e vinte e nove mil novecentos e oitenta e sete euros e sessenta cêntimos (229.987,60 €), acrescido de IVA à taxa de seis por cento (6%).-----

-----2 - Aprovar a minuta de contrato, conforme dispõe o nº.1 do artigo 98º. do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº. 111-B/2017, de 31 de agosto.-

-----A presente decisão deverá ser notificada em simultâneo a todos os concorrentes, conforme dispõe o nº.2 do artigo 77º. do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto -Lei nº. 111-B/2017, de 31 de agosto, devendo o adjudicatário ser notificado também notificado para, no prazo de dez (10) dias apresentar os documentos de habilitação e comprovar a prestação da caução no valor de onze mil quatrocentos e noventa e nove euros e trinta e oito cêntimos (11.499,38 €), nos termos do nº1 do artigo 90º. do mesmo diploma legal.-----

-----A Camara, depois de apreciado o assunto, deliberou por maioria, com três votos a favor do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e duas abstenções dos Vereadores eleitos pelo PS, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Sr. Nelson António Rodrigues Filipe, aprovar:-----

-----1 - O Relatório Final apresentado pelo júri e adjudicar a empreitada de *Construção das ETAR'S de Mortazel e Vila Pouca* à firma SOCORPENA, Lda. pelo valor de 229.987,60 €, acrescido de IVA à taxa de seis por cento (6%).-----

-----2 - A minuta de contrato, conforme dispõe o nº.1 do artigo 98º. do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto -Lei nº. 111-B/2017, de 31 de agosto.-----

-----A presente decisão deverá ser notificada em simultâneo a todos os concorrentes, conforme dispõe o nº.2 do artigo 77º. do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto -Lei nº. 111-B/2017, de 31 de agosto, devendo o adjudicatário ser notificado também notificado para, no prazo de dez (10) dias apresentar os documentos de habilitação e comprovar a prestação da caução no valor de onze mil quatrocentos e noventa e nove euros e trinta e oito cêntimos (11.499,38 €), nos termos do nº.1 do artigo 90º. do mesmo diploma legal.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

9.-PROTEÇÃO CIVIL:-----

9.1.-PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA MANCHA FLORESTAL:-----

9.1.1.-União Cultural Recreativa e Desportiva de Vila Gosendo – Apoio aquisição de carrinha e Kit de 1ª. intervenção de combate incêndios:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido datado de 8/06/2018 da União Cultural Recreativa e Desportiva de Vila Gosendo para apoio à aquisição de carrinha 4x4 e Kit de 1ª. intervenção de combate incêndios entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, estes devem ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Considerando que esta associação tem pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Considerando que o território do Concelho de Mortágua possui uma enorme mancha florestal e que a grande maioria das suas aldeias estão envoltas pela mesma, é de extrema importância as Associações Locais disporem de equipamento de 1ª. intervenção ao combate a incêndios florestais.-----

-----Considerando que o pedido da Associação se enquadra no nº.2, do artº. 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Assim, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 5.000,00 € para apoio à aquisição da carrinha 4x4 mediante a celebração de Protocolo conforme dispõe o nº. 1 do art.º 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras”.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 07 – Proteção Civil, Programa 002 – Proteção e Valorização da Mancha Florestal, Projeto 2018/5073 “Apoio Investimentos das Instituições Locais ” no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas capital).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

10.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

10.1.-DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – Turismo, Desporto e Natureza:-----

10.1.1.-Rota Histórica das Linhas de Torres – Memorando entendimento 2020:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente um e-mail, de 11/06/2018, do Presidente do Município do Sobral de Monte Agraço e da Rota Histórica das Linhas de Torres – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres, em que convida o Município de Mortágua a associar-se ao memorando de entendimento a ser enviado à CCDRC – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro com o objetivo de solicitar a inclusão da valorização do património histórico –cultural-militar enquanto agente de desenvolvimento sustentável da Região Centro e fator de coesão social, territorial e de dinamização económica, no âmbito da reprogramação do programa Operacional Regional do Centro (Centro 2020). -----

-----A Rota Histórica das Linhas de Torres é uma Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras, sem fins lucrativos, constituída pelos municípios fundadores de Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Vila Franca de Xira e que quer acolher outras entidades públicas e privadas, pessoas singulares e coletivas, que possuam interesse na valorização patrimonial e promoção turística das Linhas de Torres Vedras, e do património militar em geral.-----

Tem como missão contribuir para o desenvolvimento sustentado do território, através da salvaguarda, conservação e valorização do património militar e da sua promoção enquanto produto turístico e cultural.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar que o Município de Mortágua se associe ao referido memorando de entendimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

10.1.2.-Ratificação do Protocolo “ Compromisso do Bussaco” celebrado com Município de Mortágua, Município da Mealhada, Município de Penacova, ICNF, IF, Fundação da Mata do Buçaco, FP, e The Navigator Company:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Protocolo “ Compromisso do Bussaco” celebrado, em 7/06/2018, com Município de Mortágua, Município da Mealhada, Município de Penacova, ICNF, IF, Fundação da Mata do Buçaco, FP, e The Navigator Company.-----

-----Nos termos do mesmos constituem fins e objetivos a prosseguir:-----

-----Promover, valorizar e inovar, de acordo com as potencialidades da Mata Nacional e Serra do Bussaco, tornando-a um motor de desenvolvimento dos Concelhos em complementaridade com outros setores e/ou atividades;-----

-----Valorizar o potencial endógeno dos territórios abrangidos pela Mata Nacional e Serra do Bussaco;-----

-----Dinamizar a Mata Nacional e Serra do Bussaco, em cooperação com instituições, associações e agentes económicos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e por unanimidade ratificou o ato do Senhor Presidente de outorga, em 7 de junho de 2018, do Protocolo de Colaboração.-----

10.1.3.-Adesão à DestiNature – Agência para o Desenvolvimento do Turismo de Natureza:-----

-----Este assunto foi retirado da Ordem de Trabalhos.-----

11.1.-REDE VIÁRIA MUNICIPAL:-----

11.1.1.-Adjudicação por Concurso Público da Empreitada de Execução da Rotunda do Barril – EN 234:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Relatório Final elaborado pelo júri do procedimento de concurso público para adjudicação da empreitada de Construção do Nó do Barril, que a seguir se transcreve, ficando arquivado no respetivo processo de contratação pública, que foi desenvolvido nos termos do Código da Contratação Pública através da plataforma eletrónica sob o n.º. 5/2018, e no qual por unanimidade deliberou manter o teor e as conclusões do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

relatório preliminar e a ordenação das propostas para efeitos de adjudicação:-----

-----“RELATÓRIO FINAL”-----

-----PROCESSO 05/2018 (PLATAFORMA)-----

-----CONCURSO PÚBLICO-----

Empreitada: -*Construção da rotunda do nó do Barril*

Procedimento: concurso público nos termos da *alínea b) do artigo 19º do CCP.*

Composição do Júri: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, na qualidade de presidente, Albano Tomás da Fonseca Duarte, e Manuel Jorge Gomes, como vogais efetivos

Abertura do procedimento: Reunião de Câmara de 18 de abril de 2018

-----Terminado o prazo para os concorrentes se pronunciarem no uso do direito da audiência prévia, reuniu o Júri do procedimento para efeitos da elaboração do relatório final conforme determina o artigo 124º do Código da Contratação Pública.-----

-----O Júri refere o seguinte: -----

-----1º.-----

-----A audiência prévia foi efetuada simultaneamente aos concorrentes através de notificação submetida na plataforma eletrónica utilizada pelo Município, Saphety Gov., em 12 de Junho de 2018 (processo 05/2018).-----

-----2º.-----

-----No Relatório Preliminar elaborado em 04 de Junho de 2018, o Júri tinha ordenado os concorrentes da seguinte forma , para efeitos de adjudicação:-----

| Nº.Ordem | Concorrentes | Valor/proposta |
|-----------------|----------------------------------|----------------|
| Primeira | Socitop | 154.541,47 |
| Segunda | Socorpena | 191.354,77 |
| Terceira | Embeiral-Engenharia e Construção | 192.891,70 |



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----3º-----

-----Findo o prazo da audiência prévia não foram presentes quaisquer observações ou reclamações por parte dos concorrentes.-----

-----4º-----

-----Como não foram presentes quaisquer observações por parte dos concorrentes, o Júri mantém a ordenação dos concorrentes acima descrita, propondo a adjudicação ao concorrente Socitop, Lda, pelo valor de 154.541,47€, sem Iva incluído .-----

-----5º-----

-----O presente relatório, juntamente com os demais documentos do processo, vão ser presentes a reunião de Câmara para aprovação das propostas, da adjudicação nos termos da competência .-----

-----Mortágua, 19 de Junho de 2018.-----

-----O Júri”-----

-----Encontrando-se assim o processo em condições de ser proferida decisão final, e propondo assim o júri a adjudicação do procedimento mencionado em epigrafe à proposta apresentada pela empresa, pelo valor acrescido de IVA à taxa de seis por cento (6%), e remetendo assim, nos termos do n.º4 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos, para o Órgão Executivo o Relatório Final, juntamente com os demais documentos do processo, para a decisão de contratação, para aprovação das propostas contidas no relatório, nomeadamente para efeitos de adjudicação.-----

-----Nos termos do número 1, do artigo 94.º, do Código dos Contratos Públicos, o presente procedimento encontra-se sujeito a redação de contrato a escrito.-----

-----O presente procedimento não se encontra sujeito ao visto prévio do Tribunal de Contas.---

-----O prazo de execução da obra é de cento e vinte (120) dias, prevendo-se que o contrato seja celebrado na primeira quinzena de julho.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A respetiva despesa foi objeto de cabimento, sob o n.º 19872, na rubrica do orçamento 07010408 devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso no orçamento do corrente ano. -----

-----O Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere:-----

-----1 - Aprovar o Relatório Final apresentado pelo júri e adjudicar a empreitada de Construção da Rotunda do Nó do Barril à firma SOCITOP, Lda. pelo valor de cento e cinquenta e quatro mil quinhentos e quarenta e um euros e quarenta e sete centimos (154.541,47 €), acrescido de IVA à taxa de seis por cento (6%).-----

-----2 - Aprovar a minuta de contrato, conforme dispõe o n.º.1 do artigo 98º. do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto -Lei n.º. 111-B/2017, de 31 de agosto.-----

-----A presente decisão deverá ser notificada em simultâneo a todos os concorrentes, conforme dispõe o n.º.2 do artigo 77º. do do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto -Lei n.º. 111-B/2017, de 31 de agosto, devendo o adjudicatário ser notificado também notificado para, no prazo de dez (10) dias apresentar os documentos de habilitação e comprovar a prestação da caução no valor de sete mil setecentos e vinte e sete euros e sete centimos (7.727,07 €), nos termos do n.º.1 do artigo 90º. do mesmo diploma legal.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade aprovar:-----

-----1 - O Relatório Final apresentado pelo júri e adjudicar a empreitada de Construção da Rotunda do Nó do Barril à firma SOCITOP, Lda. pelo valor de cento e cinquenta e quatro mil quinhentos e quarenta e um euros e quarenta e sete centimos (154.541,47 €), acrescido de IVA à taxa de seis por cento (6%).-----

-----2 - A minuta de contrato, conforme dispõe o n.º.1 do artigo 98º. do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto -Lei n.º. 111-B/2017, de 31 de agosto.-----

-----A presente decisão deverá ser notificada em simultâneo a todos os concorrentes, conforme dispõe o n.º.2 do artigo 77º. do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto -Lei n.º. 111-B/2017, de 31 de agosto, devendo o adjudicatário ser notificado também



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

notificado para, no prazo de dez (10) dias apresentar os documentos de habilitação e comprovar a prestação da caução no valor de sete mil setecentos e vinte e sete euros e sete cêntimos (7.727,07 €), nos termos do nº.1 do artigo 90 do mesmo diploma legal.-----

12.-ADMINISTRAÇÃO:-----

12.1.-PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE VEREADORES EM REGIME DE TEMPO INTEIRO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO Nº.2, DO ARTIGO 58º. DA LEI Nº 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO:-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

----“PROPOSTA - FIXAÇÃO DE MAIS UM VEREADOR EM REGIME DE TEMPO INTEIRO:-----

-----Nos termos do nº 1 do artigo 58º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete ao Presidente da Câmara Municipal decidir sobre a existência de Vereadores em regime de tempo inteiro, dentro dos limites legalmente estabelecidos.-----

-----No Município de Mortágua o limite é de um Vereador a tempo inteiro, de acordo com a alínea d) do mesmo artigo 58º; -----

-----Outrossim, o nº.2 do citado artigo estabelece ser da competência da Câmara Municipal, sob proposta do respetivo Presidente, fixar o número de Vereadores em regime de tempo inteiro que exceda o limite atrás referido.-----

-----Assim, considerando:-----

-----A natureza e diversidade das atribuições das autarquias locais e tendo em conta a transferência de competências a que temos assistido nos últimos anos, com a decorrente intensificação da atividade municipal em áreas cada vez mais variadas.-----

-----Que, a assunção dessas competências e atribuições, exige, por parte dos eleitos em regra total disponibilidade e permanência para garantir, o sucesso pretendido na conduta das políticas das diversas áreas de intervenção Municipal.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Que de acordo com a estrutura existente, torna-se necessário assegurar um melhor e mais eficiente controlo político da multiplicidade de tarefas das diversas unidades orgânicas municipais.-----

-----Proponho que, no uso da competência prevista no nº 2 do artigo 58º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere fixar em mais um o número máximo de vereadores a tempo inteiro.”-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade fixar em mais um o número máximo de vereadores a tempo inteiro.-----

12.2.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2018:-----

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d) do número 1 do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – trinta e cinco mil euros (35.000,00 €);-----

-----Anulação despesas de capital – zero euros (0,0 €);-----

-----Reforço despesas correntes – cinquenta mil euros (50.000,00 €);-----

-----Anulação despesas correntes – oitenta e cinco mil euros (85.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal, a Câmara deliberou, por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada em pasta própria nos serviços de contabilidade.-----

12.3.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2018:-----

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d) do número do 1 do artigo 33º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Modificação de Financiamento definido – trinta e cinco mil euros (35.000,00 €);-----

----- Modificação de Financiamento não definido – cinco mil euros (5.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou, por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada em pasta própria nos serviços de contabilidade.-----

12.4.-DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2017 DO MUNICÍPIO DE MORTÁGUA – CONTAS CONSOLIDADAS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para efeitos de aprovação nos termos do nº.2 do artigo 76º. da Lei nº.73/2013, de 3 de setembro o documento de Consolidação de Contas de 2017 do Município de Mortágua o qual se dá aqui por integralmente reproduzido nesta parte da ata, e posterior remessa à Assembleia Municipal para apreciação nos termos do mesmo artigo da referida Lei.-----

-----Foi presente o Relatório e parecer sobre as contas consolidadas e a certificação Legal de Contas Consolidadas elaborada pelos Revisores Oficiais de Contas do Município que se dão aqui por integralmente reproduzidas e a serem remetidas à Assembleia Municipal como parte integrante do documento de prestação de contas consolidadas.-----

-----A Câmara, depois de apreciado, deliberou aprovar por maioria, com três votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e duas abstenção dos Senhores Vereadores Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Nelson António Rodrigues Filipe, eleitos pelo PS, o documento de consolidação de contas de 2017 e solicitar para efeitos do disposto no nº. 2 do artigo 75º. da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro à Assembleia Municipal que seja apreciado na sua sessão ordinária a realizar no dia 29 do corrente mês.-----

-----Mais foi deliberado por unanimidade subscrever a declaração do Órgão Executivo proposta pelos Revisores Oficiais de Contas do Município.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Os Senhores Vereadores Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Nelson António Rodrigues Filipe, eleitos pelo PS apresentaram a declaração de voto que a seguir se transcreve:-----

-----“*Declaração de Voto - Os vereadores do Partido Socialista abstêm-se na votação dos documentos de Prestação de Contas Consolidadas.*-----

-----*Atendendo às fundadas reservas relevadas na certificação legal de contas do auditor externo e ao facto da WRC – Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A. não representar qualquer mais-valia para o Município, como varias vezes já referido pelos vereadores do Partido Socialista, alertam o executivo para a necessidade urgente de alienar a participação que o Município detêm no capital daquela empresa local.*”-----

12.5.-CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA NA JUNTA DE FREGUESIA DE ESPINHO PARA A MANUTENÇÃO E LIMPEZA DOS PONTOS DE ÁGUA DE APOIO AO COMBATE AOS INCÊNDIOS DE VILA MEÃ DA SERRA E VALE DE MOURO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta sobre o assunto em epígrafe:-----

-----“Considerando que:-----

-----• O regime jurídico, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prevê a concretização da delegação de competências através da celebração de contratos interadministrativos, prevista no artigo 120.º, entre órgãos de municípios e órgãos das freguesias e que pode efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais.-----

-----• Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação em face de novos desafios e de novas exigências.-----

-----• Nos termos do artigo 120.º do regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

setembro, outra forma de concretização de delegação de competências, que não seja através da celebração de contratos interadministrativos, é nula.-----

-----• A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade; da não discriminação; da estabilidade; da prossecução do interesse público; da continuidade da prestação do serviço público; e da necessidade e suficiência dos recursos.-----

-----• A par das regras estabelecidas pelo regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os contratos interadministrativos de delegação de competências estão ainda sujeitos, a título subsidiário, ao Código dos Contratos Públicos e ao Código do Procedimento Administrativo. -----

-----Considerando ainda que:-----

-----• Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si, no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações;-----

-----• Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas; -----

-----• A celebração do presente contrato não configura aumento da despesa pública.-----

-----• As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias, desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos, em domínios dos interesses próprios das populações destas, nomeadamente no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, nos termos dos artigos 117º, n.º 2 e 131º;-----

-----• Incumbe à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre os Municípios e as Juntas de Freguesia, nos termos da alínea k), do artigo 25º. da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Que, a Freguesia de Espinho, através do ofício ref.º 15/18, de 08/06/2018 disponibilizou-se executar a manutenção e limpeza dos pontos de água de apoio ao combate aos Incêndios Florestais de Vila Meã da Serra e Vale de Mouro, que prevê uma comparticipação financeira de 20.504,10 €.

-----Proponho, considerando a informação do Chefe de Divisão da DCTSU, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta, que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal para efeitos de autorização:

-----A celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Mortágua e a Freguesia de Espinho para a execução da manutenção e limpeza dos pontos de água de apoio ao combate aos Incêndios Florestais, de Vila Meã da Serra e de Vale de Mouro, que prevê uma comparticipação financeira de 20.504,10 €.

-----A respetiva minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, que faz parte integrante da presente proposta, nos termos e condições consignadas na mesma minuta.

-----A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta da minuta do Contrato Interadministrativo apresentada, nos seus exatos termos, submetendo-a à apreciação da Assembleia Municipal de Mortágua, para efeitos de autorização, em conformidade com o previsto na alínea m) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

12.6.-CADUCIDADE DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MORTÁGUA E A FREGUESIA DE TREZOI PARA A CONSTRUÇÃO DE TANQUE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE APOIO EM CERDEIRINHA:

-----O Senhor Presidente informou que:

-----Em cumprimento das deliberações tomadas, respetivamente, na reunião da Câmara Municipal de Mortágua de 21/06/2017, na sessão da Assembleia Municipal de Mortágua de 30/06/2017, na reunião da Junta de Freguesia de Trezoi, de 11/08/2017, e na sessão da Assembleia de Freguesia de Trezoi de 18/08/2017, em conformidade com o disposto na



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, alínea i) e j) do n.º 1 do artigo 16.º e alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º, do mesmo diploma, foi celebrado em 30/08/2017 o contrato Interadministrativo de Delegação de competências do Município de Mortágua na Freguesia de Trezoi para a execução das obras de construção de reservatório de água para apoio aos incêndios florestais, em Cerdeirinha.-----

-----Nos termos do previsto na Cláusula 3ª. o referido Contrato vigorava até ao final de 2017, não tendo, no entanto, até ao seu termo sido executada a respetiva obra.-----

-----Assim, verificou-se, conforme dispõe a alínea b) do artigo 50º. do Código do Procedimento Administrativo, a caducidade do contrato nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, de acordo com o disposto na Cláusula 3.ª do Contrato Interadministrativo, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes outorgante, bem como todas as decisões subsequentes.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dar conhecimento deste assunto à Assembleia Municipal de Mortágua, bem como à Junta e à Assembleia de Freguesia de Trezoi.-----

12.7.-REDE DE AUTARQUIAS PARTICIPATIVAS – PROPOSTA DE ADESÃO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente uma comunicação, datada de 18/05/2018, de apresentação da Rede de Autarquias Participativas e proposta de adesão à mesma.-----

-----A Rede de Autarquias Participativas é uma estrutura colaborativa que congrega todas as autarquias portuguesas comprometidas com o desenvolvimento de mecanismos de democracia participativa a nível local, facilitando a troca de experiências e a capacitação dos diversos atores, entres outras, somos a propor a adesão à RAP – Rede de Autarquias Participativas nos termos da minuta de protocolo que se anexa, conforme disposto nas alíneas o, r, e u) do n.º 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.-----

-----A RAP – Rede de Autarquias Participativas é a primeira estrutura colaborativa em Portugal destinada a congregar as autarquias comprometidas com o desenvolvimento de mecanismos de democracia participativa a nível local.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Esta rede foi criada no âmbito do projeto Portugal Participa, financiado pelo fundo monetário europeu EEA Grants e gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian através do programa Cidadania Ativa.-----

-----A Associação In Loco, enquanto entidade coordenadora do projeto, esteve envolvida em todos os momentos da rede involucrada na gestão da mesma, bem como a sua vasta experiência e conhecimento em áreas como a participação cidadã e a democracia participativa, assim como no trabalho com as autarquias portuguesas, colocam-na numa posição privilegiada para garantir a prossecução dos objetivos inerentes à rede face ao termo do financiamento do projeto.-----

-----No âmbito da adesão à RAP do respetivo protocolo é necessário que o Município participe anualmente com novecentos e cinquenta euros (950,00€) que visa integrar as despesas inerentes ao funcionamento desta nos termos definidos no documento supracitado e integrar os benefícios como membro efetivo, sendo que se a adesão ocorrer depois de 1 de Julho a primeira anuidade é no montante de quinhentos euros (500,00€).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a adesão do Município à RAP- Rede de Autarquias Participativas.-----

13.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

13.1.-LOTEAMENTO URBANO DOS LOBOS:-----

-----Este assunto foi retirado da Ordem de Trabalhos.-----

13.2.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA 2ª. PRORROGAÇÃO DE LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01/2016/23, DE ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE MORADIA NA RUA PRINCIPAL EM CERDEIRA, TREZOI:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 01/2016/23, em nome de Maria Susete Morais Bento Maurício, residente em Rua Principal, 11, Cerdeira, referente à alteração e ampliação de moradia e licenciamento de obras efetuadas (Procº. anterior nº. 1975.793), com vista à declaração de caducidade daquele processo de operação urbanística.-----

-----No seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 18/04/2018, ao abrigo do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

da alínea a), nº.3 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, e artigos 121.º e seguintes do CPA- Código do Procedimento Administrativo, foi notificado através do ofício referência, 1086, de 04/05/218, a requerente Maria Susete Morais Bento Maurício, para, querendo, se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade do processo n.º 01/2016/23, que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º63/2016, cujo término ocorreu a 23/11/2017 (última prorrogação), ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação uma vez que as obras não forem concluídas no prazo fixado na licença ou na autorização ou suas prorrogações, contado a partir da data da emissão do alvará, nem se pronunciou no prazo concedido.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara emitiu em 07/06/2018, o seguinte Despacho:-----

-----*“Tendo em consideração a informação administrativa datada de 28/05/2018, fls. 172, da qual se extrai que decorreu o prazo de dez dias para a requerente se pronunciar no âmbito da audiência prévia, sobre o projeto de decisão de intenção de declarar a caducidade do alvará, aprovado em Reunião de Câmara de 18/04/2018 (fls. 169 e 170), sem que aquela tenha tomado qualquer posição a respeito, determino que o processo seja remetido à Câmara Municipal com a informação de que não foi exercido o direito de audiência prévia por parte da interessada, para que, no caso aquele órgão assim entenda, seja declarada a caducidade do alvará, nos termos do disposto no artº. 71º. Nº.5 do Regime Jurídico da Urbanização – RJUE”*-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade em conformidade com o disposto no na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE, declarar, a título de decisão final, a caducidade do processo n.º n.º 01/2016/23, que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º63/2016, cujo término ocorreu a 23/11/2017 (última prorrogação), com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento à requerente e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

aos serviços de fiscalização.-----

13.3.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01/2010/341, DE CONSTRUÇÃO DE MORADIA E MUROS DE VEDAÇÃO CONFINANTE COM A VIA PÚBLICA E ENTRE PARTICULARES:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 01/2010/341, em nome de Célia Maria Lopes Antunes Gomes, residente em Rua da Capela, 9, Vila Boa, Freguesia de Espinho referente à construção de moradia e muro de vedação confinante com a via pública e entre particulares, na Rua da Capela, em Vila Boa, Freguesia de Espinho, com vista à declaração de caducidade daquele processo de operação urbanística.-----

-----Analisado o processo, constata-se que:-----

-----1.-Foi emitido alvará de obras de construção n.º 31/2010, cujo prazo de validade teve início a 10/05/2013 e termo a 09/05/2018.-----

-----2.-As obras não foram concluídas no prazo fixado na licença, ou suas prorrogações, contado a partir da data de emissão do alvará.-----

-----3.-Em 01/06/2018 foi emitido, pelo Chefe de Divisão Planeamento e Administração do Território, Parecer Técnico, que a seguir se transcreve.” *A análise do processo e ainda das informações dos:*-----

-----*Serviços Administrativos Municipais (fl. 388).*-----

-----*Serviços de Fiscalização Municipal (fl. 390).*-----

-----*Permite concluir que o prazo para a execução da obra terminou a 09.05.2018 e que a mesma ainda não foi iniciada.*-----

-----*Não foram requeridas quaisquer prorrogações de prazos de execução da empreitada.*-----

-----*De acordo com os artigos 58º, 71º e 72º do RJUE, deverá ser declarada a caducidade da licença de construção pelo que se propõe notificação prévia ao requerente.*-----

-----*Nessa sequência, poderá vir a ser requerida a “nova licença” prevista no artigo 72º.”*-----

-----4 .Em 07/06/2018 foi emitido Despacho pelo Senhor Presidente que determina que: “Do teor da informação dos serviços de fiscalização datado de 30/05/2018, fl.390, ressalta que, na



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

sequencia de deslocação ao local se constatou que não foram executados quaisquer trabalhos.-----

-----O artº. 71º., 3, a) do Regime Jurídico da urbanização e Edificação prescreve que a licença caduca se as obras não forem iniciadas no prazo de 12 meses a contar da data de emissão do alvará.-----

-----Conforme preceitua o nº.5 do artº. 71º. do diploma legal vindo de referir, a caducidade da licença deve ser declarada pela Câmara Municipal, após audiência prévia do interessado. Assim, tendo em conta o exposto, e considerando o teor da informação administrativa datada de 15/05/2018, de fls. 388, a referida informação dos serviços, deverá o processo ser remetido à Câmara Municipal para deliberar sobre a intenção de declaração de caducidade e respetivos fundamentos e, caso seja deliberada favoravelmente a intenção de declarar a caducidade do licenciamento, deverá ser o requerente notificado do teor da deliberação sendo-lhe concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis para o exercício da audiência prévia.-----

-----Mais, deverá o requerente ser advertido, no ofício de notificação para o exercício da audiência prévia, da previsão legal insita no referido artº. 72º. do RJUE, ou seja, de que pode requerer nova licença, e que serão utilizados no novo processo os elementos que instruíram o processo anterior desde que o novo requerimento seja apresentado no prazo de 18 meses a contar da datada caducidade ou, se tal prazo estiver esgotado, não existirem alterações de facto e de direito que justifiquem nova apresentação, bem como de que a renovação da licença nos termos supra expostos é condição essencial para o prosseguimento do processo 01/2010/341.-----

-----Assim, a Câmara deliberou por unanimidade:-----

-----1.- Notificar o Requerente que é intenção do Executivo declarar a caducidade do processo n.º 01/2010/341, que deu origem ao alvará de licença n.º. 32/2013, cujo término ocorreu em 109/05/2018, ao abrigo do disposto no artigo 71º. , nº. 3, alínea a) do Regime Jurídico da urbanização e Edificação a (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----2.- Conceder ao Requerente o prazo de dez (10) dias úteis, para dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, a fim de ser tomada a decisão final, conforme o disposto no artigo 71.º, n.º 5 do RJUE em conjugação com o estatuído nos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

-----3.- Advertir o requerente, no ofício de notificação para o exercício da audiência prévia, da previsão legal ínsita no referido artº. 72º. do RJUE, ou seja, de que pode requerer nova licença, e que serão utilizados no novo processo os elementos que instruíram o processo anterior desde que o novo requerimento seja apresentado no prazo de 18 meses a contar da data da caducidade ou, se tal prazo estiver esgotados, não existirem alterações de facto e de direito que justifiquem nova apresentação, bem como de que a renovação da licença nos termos supra expostos é condição essencial para o prosseguimento do processo 01/2010/341.-

----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a intenção de declarar a caducidade do processo n.º 01/2010/341, que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º 32/2013, e conceder ao Requerente o prazo de dez (10) dias úteis, para se pronunciar nos termos do disposto no artigo 71.º, n.º 5 nos termos dos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento.-----

13.4.-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - REQUERIMENTO Nº. 01/2018/40, REFERENTE AO PROCESSO Nº. 01/2018/378., TRANSFORMAÇÃO DE OLARIA EM HOTEL CANINO E FELINO, (ALÍNEA b) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):----

-----Foi presente o requerimento registado sob o número 01/2018/40 da empresa EPISÓDIORIGINAL,Lda. , com sede na Rua da Sorte, nº.15, Benfeita, 3450 – 032 Mortágua, com o número de identificação fiscal 506718417, a requerer, no âmbito da alínea b), do número 1, do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção de pagamento da taxa no valor de duzentos e cinquenta e oito euros e trinta e oito centimos (258,38 €), referente ao licenciamento do Processo número 01/2018/40 – Transformação de Olaria em Hotel Canino e Felino, na Av. dos Bombeiros Voluntários,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Conforme o previsto na alínea b) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas a “Às empresas que criem no mínimo 5 postos de trabalho.”-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém de acordo com Lei nº.73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no nº.2 do artº. 16º. daquele diploma.-----

-----Assim, a Câmara deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal a concessão à empresa EPISÓDIORIGINAL,Lda. , a isenção de pagamento da taxa no valor de duzentos e cinquenta e oito euros e trinta e oito cêntimos (258,38 €), referente ao licenciamento do Processo número 01/2018/40 -Transformação de Olaria em Hotel Canino e Felino, na Av. dos Bombeiros Voluntários, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

13.5.-PEDIDO EMISSÃO DE CERTIDÃO EM COMO SE ENCONTRA EM RUÍNAS O EDIFÍCIO DESCRITO NA MATRIZ PREDIAL URBANA DA FREGUESIA COM O Nº. 683, SITO NA FELGUEIRA, FREGUESIA DO SOBRAL:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o proc.º n.º 04/208/43, requerimento nº. 04/2018/351, em nome de Celso Ferraz Lopes, residente na Rue Michel Lents, nº.43, Betembourg, Luxemburgo a requerer a emissão de certidão comprovativa em como o prédio urbano inscrito na matriz da Freguesia do Sobral, sob o artigo 683, sito na Rua da Cancela, Felgueira encontra-se em ruínas.-----

-----O parecer técnico do Chefe da DPAT constante no processo conclui que o edifício em causa encontra-se muito degradado não possuindo condições mínimas de utilização.-----

-----A Câmara, considerando o Parecer Técnico Chefe da DPAT, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

13.6.-PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA EM COMO O EDIFÍCIO REGISTADO COM O ARTIGO 234 NA MATRIZ DA FREGUESIA DO SOBRAL ENCONTRA-SE EM RUINAS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o proc.º n.º 04/2018/44, requerimento n.º. 04/2018/352 em nome de Celso Ferraz Lopes, residente na Rue Michel Lents, nº.43, Betembourg, Luxemburgo a requerer a emissão de certidão comprovativa em como o prédio urbano inscrito na matriz da Freguesia do Sobral, sob o artigo 234, sito na Rua da Cancela, Felgueira encontra-se em ruínas.-----

-----O parecer técnico do Chefe da DPAT constante no processo conclui que o edifício em causa encontra-se muito degradado não possuindo condições mínimas de utilização.-----

-----A Câmara, considerando o Parecer Técnico Chefe da DPAT, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

13.7.-DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE E AMPLIAÇÃO DE COMPARTES:-----

13.7.1.-Processo nº. 2018/14:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº.10.2018.14 em nome de Maria Alcídia de Oliveira Cunha, residente na Rua da Lomba da Igreja, nº. 14, Freguesia de Cercosa, a requerer na qualidade de proprietária do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Cercosa, com o artigo 1107 no local denominado “Eira Nova”, com a área de 0,037400 ha, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de compra e venda a favor de: Ana Isabel da Silva Rosa (1/2) e Ivo André Reis Mortágua (1/2) .-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e considerando a informação dos serviços, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

13.7.2.-Processo nº. 2018/15:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº.10.2018.15 em nome de Arlindo Rodrigues da Cruz, residente na Rua da do Serrado, Freguesia de Cercosa a requerer na qualidade de proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Cercosa, com o artigo 1108 no local denominado “Eira Nova”, com a área de 0,0191000 ha, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de compra e venda a favor de: Ana Isabel da Silva Rosa (1/2) e Ivo André Reis Mortágua (1/2).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e considerando a informação dos serviços deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

13.8.-EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:-----

13.8.1.- Processo nº. 08/2011/31:-----

-----Pelo senhor Presidente foi presente o processo 08/2011/31 de edifício em mau estado de conservação, sito na Rua de São João e Rua das Adas, na Gandara, Freguesia de Vale de Remigio, e de propriedade da Firma Caves da Montanha A. Henriques, Lda., residente com sede na Rua Adriano Henriques, nº.12, 3781 – 909 Anadia, acompanhado do Parecer do Assessor Jurídico que a seguir se transcreve:-----

-----“Assunto: Processo nº. 08/2011/31 referente a um muro em mau estado de conservação, situado em Rua de São João e Rua das Adas, em Gândara Mortágua.-----

-----Informação: Por deliberação tomada em Reunião da Câmara Municipal de 07/05/2014 foi convertida em decisão definitiva a ordem de demolição do muro situado em Rua de São João e Rua das Adas, em Gândara, Mortágua.-----

-----Na sequência dessa decisão foi o proprietário do imóvel notificado para no prazo de 90 dias proceder às obras de demolição do muro e à limpeza dos resíduos de construção e demolição.-----

-----Decorrido o prazo fixado, o muro não foi demolido voluntariamente pelo proprietário no



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

prazo fixado, nem posteriormente.-----

-----A falta de cumprimento daquela intimação pelo proprietário do imóvel, que não acatou voluntariamente a ordem de efetuar as obras de demolição do prédio em ruínas, pese embora os inúmeros contactos e promessas de que iria proceder em conformidade com a notificação recebida, terá como consequência a apreciação daquele comportamento pela Câmara Municipal, que poderá determinar a posse administrativa do imóvel, por forma a executar coercivamente a referida ordem (cfr artigos 91º. nº.1; 107º. e 108º. Ex vi nº.2 do artigo 91º. do RJUE).-----

-----Levanta-se a questão de saber se esta decisão da Câmara deverá ser precedida de audiência prévia dos interessados.-----

-----Sobre essa matéria Fernanda Paula Oliveira, Maria José Castanheira Neves, Dulce Lopes, Fernanda Maças in "Regime da Urbanização e Edificação", 3ª. edição, pág. 668 ensinam o seguinte: *"No que se refere à audiência prévia dos interessados nesta fase podemos distinguir duas situações: ou aquando da ordem de demolição o presidente da câmara deu indicação que, no caso a mesma não fosse voluntariamente acatada, a posse administrativa teria lugar numa data determinada, caso em que a efetivação da posse não pressupõe nova audiência prévia; ou não houve indicação de tal data, por a mesma depender da disponibilidade dos serviços municipais ou abertura de concurso, caso em que deve ser dada audiência ao interessado, uma vez que a própria determinação de tomada de posse tem potencialmente efeitos lesivos."*-----

-----Da análise do processo constata-se que em nenhuma notificação efetuada foi indicada qualquer data para a realização da posse administrativa do imóvel.-----

-----Deste modo, dado que o ato administrativo que determinar a posse não constitui a uma decisão favorável aos interessados, sendo, pelo contrário, constitutiva de eventuais efeitos lesivos e desfavoráveis, deverá a deliberação final da Câmara Municipal ordenar a posse administrativa, ser precedida de audiência prévia dos interessados, propriedade do imóvel.-----

-----Deverá assim o processo ser presente em reunião de câmara para ser, se assim for



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

entendido, ordenada a posse administrativa do imóvel, para serem executadas as obras de demolição coerciva do muro, com observância dos procedimentos acima referidos.-----

-----Compulsado o processo, constata-se que dele não consta qualquer certidão de matriz de descrição predial que comprove que o notificado é o proprietário do imóvel, pelo que deverá de imediato e antes de qualquer decisão, serem juntos aos autos tais documentos.”-----

-----A Camara deliberou por unanimidade que sejam juntos aos autos a certidão de matriz de descrição predial do imóvel.-----

13.8.2.-Processo nº. 08/2017/4:-----

-----No seguimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 04/04/2018 o Senhor Presidente informou que, no seguimento da notificação feita, através do ofício referência 845 de 12/04/2018 a Jorge Manuel Gomes da Fonseca, residente na Rua da Escola, nº. 67, Vila Nova, 3450 - 346 Mortágua, relativa ao processo 08/2017/04 de edificação em mau estado de conservação sito no Rua Dr. João Lopes de Moraes, nº51, Mortágua, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 122º. do Código do Procedimento Administrativo, terminou o prazo para se pronunciar sem que este nada dissesse.-----

-----Assim sendo, foi deliberado por unanimidade converter o projeto de decisão tomado na reunião de Câmara de 04/04/2018 em decisão definitiva do presente processo nos termos e com os fundamentos ali indicados, devendo proceder-se à respetiva notificação ao proprietário.-----

13.8.3. -Processo nº. 08/2018/6:-----

-----No seguimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 04/04/2018 o Senhor Presidente informou que, no seguimento da notificação feita, através do ofício referência 843 de 12/04/2018 a Encarnação dos Santos, residente em 46, Rue de Paris 60190, Estrees St Denis, França, relativa ao processo 08/2018/06 de edificação em mau estado de conservação sito na Rua Estrada Camarária, Benfeita, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 122º. do Código do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Procedimento Administrativo, terminou o prazo para se pronunciar sem que este nada dissesse.-----

-----Assim sendo, foi deliberado por unanimidade converter o projeto de decisão tomado na reunião de Câmara de 04/04/2018 em decisão definitiva do presente processo nos termos e com os fundamentos ali indicados, devendo proceder-se à respetiva notificação ao proprietário.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----Não se registou a presença de qualquer Munícipe.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezoito horas.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Rosa Maria Ferreira Beola

Secretário do Órgão e

pelo Senhor Presidente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Ata de Tomada de Posse

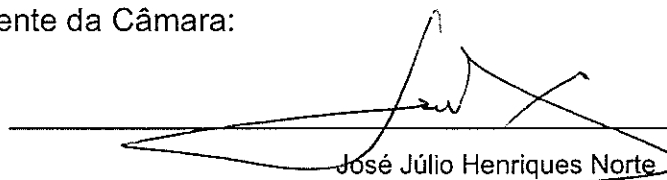
----- Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e na Sala das Reuniões do Edifício dos Paços do Município de Mortágua onde se encontrava o Senhor Presidente da Câmara, Engº. José Júlio Henriques Norte, compareceu pessoalmente, com vista à tomada de posse do cargo de Vereador da **CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA** para o quadriénio de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um, em conformidade com o disposto no número quatro do artigo septuagésimo sexto, conjugado com o número do um do artigo septuagésimo nono sexagésimo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua atual redação, o cidadão, eleito pela lista pertencente ao PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA - PPD/PSD:-----

----- **EUSÉBIO LOURENÇO FERREIRA**, de 49 anos, Médico Veterinário, filho de José Carvalho Santos Ferreira e de Maria Alzira Lourenço, natural de França, residente em Rua do S. João, 107, Gândara – Mortágua, portador do Cartão de Cidadão nº. 010233756, com validade até 25/01/2020;-----

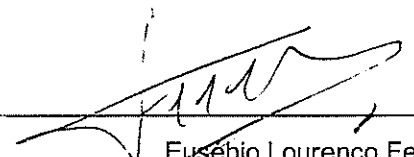
----- Verificada a conformidade, a identidade e a legitimidade do membro cidadão presente atrás indicado, e após este ter prestado o juramento legal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mortágua considerou-o investido nas suas funções, podendo consequentemente entrar em atividade.-----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou o presente ata de tomada de posse que vai ser assinado pelos intervenientes. -----

O Presidente da Câmara:


José Júlio Henriques Norte

O Vereador:


Eusébio Lourenço Ferreira



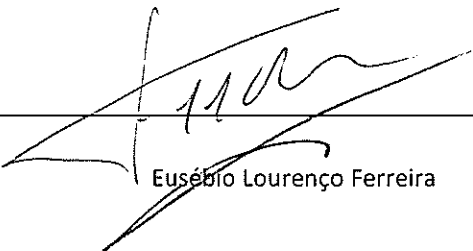
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

TERMO DE POSSE

Eu abaixo-assinado, declaro solenemente por minha honra desempenhar com lealdade as funções em que sou investido e me são confiadas.

Mortágua, 20 de junho de 2018

O Vereador:



Eusébio Lourenço Ferreira